

ESPECIAL

Meio & Mensagem, 2.a quinzena de janeiro de 1982

Said Farhat entre

Você declarou recentemente que esperava um crescimento do PNB da ordem de cinco por cento. Você mantém essa previsão?

Será muito fácil uma retomada do crescimento e realmente teremos alguma coisa por volta de cinco por cento ano que vem. Isso em virtude de nós estarmos com cerca de 26 por cento de capacidade ociosa no nosso parque industrial. Mas isso desde que se libere um pouco algumas restrições ao crédito, desde que se trabalhe um pouquinho no sentido de se baixar as taxas de juros, assim poderemos ter um crescimento positivo ano que vem e esses cinco por cento serão perfeitamente factíveis — sem mudança da atual política econômica, sem grandes alterações no que está traçado, mas são apenas algumas correções que precisam ser feitas.

Especificamente, que correções você recomendaria, e se fosse possível até quantificá-las?

Bom, nós passamos o ano de 1981 com taxas de juros muito altas, positivas de 30, 40 até 50 pontos percentuais acima da inflação. Acho que taxas de juros ligeiramente positivas é saudável, é uma coisa que não inibe crescimento, nem investimento, nem a atividade econômica, a não ser a especulativa. Acho que teremos a necessidade de diminuir a distância entre a taxa de juros e a inflação, ou seja, uma taxa de juros positiva mas ao redor de cinco por cento — mas nunca ao redor de 40 por cento. A grande dificuldade que faz com que as taxas de juros permaneçam tão elevadas é a nossa necessidade de captação de recursos externos. O governo entendeu que devido a essa necessi-

dade deveríamos ter as taxas de juros internas superiores às taxas de juros externas. Se as taxas de juros externas colocadas aqui no Brasil já superam a inflação, para induzir os tomadores brasileiros a buscar dinheiro no exterior, as taxas internas deveriam ser muito superiores à inflação e portanto altamente positivas. Eu entendo que essa vinculação entre as taxas de juros internas e externas não é necessária, elas podem ser desvinculadas. Como isso poderia ser feito sem se comprometer o programa de captação de recursos externos? Com um contingenciamento de crédito, os tomadores poderiam ser levados a tomar créditos em moeda nacional e em dólares, simultaneamente. Isso faria com que ele fosse obrigado a tomar um percentual a dinheiro nacional e um percentual em moeda estrangeira. Assim nós continuaríamos a procura dos recursos externos necessários para se compor o Balanço de Pagamentos e, por outro lado, deixaria as taxas internas livres das taxas externas.

Se eu bem entendo você desvincularia totalmente a taxa interna de juros do programa do Balanço de Pagamento?

Eu não desvincularia. Eu continuaria induzindo através do contingente a tomada dos recursos externos. Porém não obrigaria que a taxa interna fosse maior do que a externa.

Você acha que a taxa de juros interna ligada a externa estaria penalizando os empresários brasileiros que não têm negócio externo?

Não apenas os empresários que não têm negócio externos, ela penaliza a economia como um todo. A taxa de juros elevada é um inibidor de toda a atividade econômica, dos investimentos, dos próprios negócios. As empresas tendem a reduzir seu volume de atividades, a trabalhar com capital de giro próprio, não tomar dinheiro emprestado a não ser como último recurso, e outra coisa: nós tivemos esse ano taxas de juros positivas para a poupança, para o aplicador.

Vamos fechar o ano com inflação ao redor de 98 por cento e as cadernetas de poupança renderam 108 por cento. Temos então dez pontos positivos para o aplicador, o que leva as pessoas ao invés de aplicarem o dinheiro em atividades produtivas, aplicaram no mercado financeiro.

Nessas suas declarações recentes você menciona a possibilidade de um declínio da inflação até um nível se eu não me engano de 85 por cento para 82. Como combateria um declínio da inflação com o fato apontado há pouco de 26 por cento de capacidade ociosa na indústria, já que obviamente é através da utilização dessa capacidade ociosa que se obteria aquele crescimento do PNB que você estimou?

Primeiro que ninguém nesse país tem capacidade de fazer uma estimativa da inflação para o ano que vem. Isso vai depender inclusive de medidas que serão tomadas ao longo do ano por parte do governo e do comportamento da economia como um todo. 85 por cento é um número que nós estamos trabalhando aqui dentro para o orçamento de 82. Mas acredito que de qualquer maneira haverá uma diminuição da inflação e isso em hipótese alguma é incompatível com a utilização dos 26 por cento da capacidade ociosa. Veja bem, no momento em que essa capacidade ociosa for utilizada, em que as indústrias passarem a vender mais, a produzir mais, o seus custos fixos estarão diluídos. E elas terão necessidade de aumentarem seus preços com menos fre-

Em dezembro do ano passado, num esforço de reportagem para Meio & Mensagem, nosso "repórter especial" o empresário, publicitário, jornalista e ex-Ministro de Estado, Said Farhat, entrevistou o membro do Conselho Monetário Nacional e líder do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz. Num papo de alto nível — como seria de se esperar tanto do entrevistador como do entrevistado — falou-se sobre as taxas de

Abílio Diniz



vista Abílio Diniz.

juros, PNB, inflação (que segundo Abílio ficará por volta dos 85 por cento este ano), política salarial, atuação política do empresário brasileiro, participação do Estado na economia e, é claro, sobre propaganda. Poucos dias após ter concedido esta entrevista, Diniz assumiu o Conselho Econômico da FIESP, onde certamente poderá levar adiante — ou tentar — muitas das idéias que expõe aqui.

quência e intensidade que o fazem atualmente. Então eu acredito que a utilização dessa capacidade ociosa virá beneficiar a queda da inflação.

Alguns líderes empresariais consideram que a política salarial existente atualmente é inflacionária. Qual é a sua opinião a respeito?

A seco, tudo aquilo que pressiona a taxa de lucro é inflacionária. Que a política salarial afeta a taxa de lucro pela pressão nos custos, isso não há dúvida nenhuma. Porém, vamos ver o que está acontecendo com a política salarial, com a atividade econômica e com o atual desemprego. Acho que a grande pressão sobre a atual lei salarial não é através do argumento de que ela é inflacionária. O grande argumento é de que ela está causando o desemprego. E é possível que ela tenha gerado algum "turn over", algum aumento de desemprego em determinados momentos. Agora, o que está causando o desemprego não é nem de longe a política salarial, e sim a recessão que estamos atravessando. Eu considero que se por um lado a atual política salarial apresenta alguns problemas como uma ligeira pressão sobre a inflação ou alguma tendência ao aumento da rotação da mão de obra, por outro os benefícios sociais que ela está trazendo, principalmente a tran-

quilidade social, a tranquilidade de todos os trabalhadores que durante este ano de 81 conseguiram conviver com a inflação ao nível que ela está, conviver com as dificuldades que o país atravessou, sem perturbações sociais, eu considero que a lei salarial tem seus aspectos mais positivos que negativos. Isso embora eu reconheça que muito dessa calma social é proveniente também do temor, da insegurança proveniente desse período de grande desemprego. Em resumo: eu sou favorável a manutenção da atual política salarial, pelo menos por algum tempo, porque também não pode ser mantida indefinidamente. Acho que para produzir transferências dos salários mais altos para completar os mais baixos, ela teria de necessitar que o país crescesse no mínimo a 5,2 ao ano, para uma inflação ao redor de 100 por cento. Isso é medido matematicamente. E isso nem sempre pode ser atingido. Este ano nós ficamos muito longe disso. Então provavelmente a lei salarial terá que sofrer alguns

ajustes, terá que talvez, mas a médio e longo prazo, ser totalmente reformulada. De momento acho que ainda é cedo.

Na sua experiência, em que mercadorias, bens ou serviços estão sendo gastos esses ganhos adicionais do poder aquisitivo por parte dos assalariados?

Fundamentalmente com os gêneros de primeira necessidade. O grande ganho foi os assalariados com até três salários mínimos e esses quase que ingressaram no mercado consumidor.

Essa pergunta me parece que tem uma resposta óbvia mas eu quero ouvi-la de você. O que aconteceria se os dez por cento adicionais fossem retirados?

Não é tão óbvio. Acho que se os dez por cento fossem retirados seria uma mudança fundamental na lei salarial. O que caracteriza essa lei é a semestralidade e os dez por cento. O resto é perfumaria.

Na sua opinião qual deve ser a postura correta do empresário brasileiro diante do processo político?

Eu defendo que os empresários devem fazer política sem ingressar nos partidos políticos. No momento em que eles ingressam nos partidos passam a exercer outra atividade, tão nobre quanto, que é a de políticos mas não é a de empresário. Acho que eles devem fazer política ao nível de associações de classe, devem procurar dialogar com o governo, com os políticos e com todos os poderes constituídos. Eles devem estar a par de tudo aquilo que ocorre no país. Devem se preocupar não apenas com a sua circunstância, mas com algo muito maior que é o seu país, e o país inserido num contexto internacional. Deve externar tudo isso, mostrar as suas idéias ao nível dos poderes constituídos. Isso tudo é ser político, sem perder sua característica principal de empresário.

Isso significa que o empresário Abílio Diniz não tem ambições políticas?

Colocado como ambições políticas no sentido de contribuir para o país, estar inserido no contexto do país, de através de contatos com as autoridades dar a sua contribuição ao país — se tudo isso é ambição política, então eu tenho ambições políticas. Agora a cargo eletivos ou nomeados, não tenho nenhuma ambição.

Você deve ter conhecimento com certeza dos projetos do Ministério da Indústria e do Comércio sobre defesa do consumidor.



Said Farhat

Na sua opinião existe realmente o problema de defesa do consumidor no Brasil de hoje?

Não existe o problema, mas eu diria que esse relacionamento pode ser aperfeiçoado, inclusive regulamentado. Coisa que até já fazem parte dos usos e costumes pode ser formalizados. Esse projeto que está sendo formulado pelo MIC é bem-vindo. Não diria que altamente necessário ou extremamente importante para o país. Mas dentro de uma sociedade moderna, de um país em crescimento, de hábitos de consumo mudando a cada instante, esse relacionamento pode e deve ser regulamentado.

Como o Grupo Pão de Açúcar

como um todo, ou você pessoalmente, tem tido muitos contatos com associações de defesa do consumidor?

Muito pouco. Nós temos contato com o Procon, nos relacionamos bastante bem com seus dirigentes. Eles inclusive nos alertam de qualquer fato estranho. Mas nós não temos maiores contatos com outras entidades.

Você acha positiva a presença do governo nesse assunto?

Pela experiência que temos de outros países — nos Estados Unidos isso é regulamentado por lei federal — creio que isso é bom. O governo não precisa ir muito adiante, acho que dar um balizamento inicial é o suficiente para

deixar depois que o relacionamento seja entre as partes.

Dentro do Grupo Pão de Açúcar, o que você tem feito no interesse da defesa do consumidor, como ação corretiva ou preventiva?

Nós cooperamos bastante com o MIC no que diz respeito à regulamentação do relacionamento entre os consumidores e os fornecedores. Diretamente com o consumidor nós não temos aqui — e isso até já foi discutido em reuniões — um departamento de atendimento ao consumidor. Até agora temos chegado à conclusão que isso não é o ideal, passa a haver um distanciamento muito grande entre este depar-

tamento e o consumidor. Hoje, o consumidor tendo qualquer problema ele se dirige diretamente à divisão. Se ele tiver algum problema ou queixa, por exemplo, na Eletrobrás, ele é atendido pelos diretores ou pelos responsáveis na divisão Eletro. Os clientes têm sido atendidos ao nível das divisões. E nós temos dado bem com essa fórmula porque isso possibilita uma resposta mais imediata ao cliente.

E as queixas a nível de loja, como são atendidas?

Quando elas ficam a nível de loja são atendidas pelo gerente, que depois transmitirá ou não ao supervisor, que depois transmitirá ou não à divisão.

Numa perspectiva de mais ou menos seis anos, como você acha que vai evoluir a questão de relações entre consumidor e fornecedor no Brasil?

Na medida em que os consumidores forem se organizando, o normal é que eles passem a ficar não mais exigentes, mas passem a fazer reivindicações, algumas válidas outras passíveis de discussão. Na medida em que eles se agruparem — e isso vai acontecer — eles passarão a exercer mais poder junto às autoridades e aos próprios fornecedores.

Na sua opinião, quais são as chances que têm os homens de negócio brasileiros na exportação de mercadorias, de serviços, de know how? Deixando de lado toda a boa vontade, todo o "wishfull think", do qual nós brasileiros somos muito hábeis, realmente qual é a nossa chance no comércio exterior?

A chance é muito limitada ao fechamento dos outros países, às dificuldades do comércio internacional — num momento difícil para todos os países não produtores de petróleo e também aos países que como nós estão querendo fazer muito mais exportação e muito menos importações. O mercado é altamente competitivo, e somado a isso estamos vivendo um clima de recessão a nível mundial. Apesar disso, o Brasil tem conseguido aumentar suas exportações e acredito que continuará aumentando. Não sei se na mesma progressão, pois cada vez mais os outros países se fecham. Mas acho que temos uma quantidade bastante grande de produtos manufaturados aonde somos competitivos, o que não podemos é estar defasados em câmbio.

Você acha que atualmente está?

Eu não acho, tenho certeza. Até o próprio governo sabe disso. Até porque temos subsídios e incentivos à exportação, que de uma certa forma compensam essa defasagem cambial. Mas tendo uma taxa competitiva acredito que somos competitivos numa grande quantidade de produtos, pois somos agressivos, apesar de não termos muito "know how" ainda. Podemos até exportar "know how", mas não temos o "know how", para isso. Nós por exemplo já exportamos "know how" para Portugal, Espanha e Angola, e não posso dizer que descobrimos a fórmula — depois de um longo estudo de mercado escolhemos um país alvo, deu certo, e depois os dois foram circunstanciais. Em outros campos, de engenharia principalmente, temos enorme possibilidade de exportação de "know how". Mas apesar de todas as dificuldades creio que vamos continuar aumentando nossas exportações, embora não ache que seja por aí a resolução de nossos problemas.

Qual é o caminho?

O caminho é uma conjugação do aumento de exportação e diminuição de importação. E diminuição não através de recessão, mas através da substituição das importações. Nós estamos a meio de um programa onde escolhemos que deveríamos substituir máquinas

e equipamentos e bens de capital, porque eram os primeiros itens de nossa pauta de importação, até o fim da década de setenta. Com o primeiro choque do petróleo tudo isso mudou. O primeiro item passou a ser o petróleo. Então devemos continuar o programa, mas com a substituição de energia. Temos aí um pró-álcool, que mesmo com os prós e os contras está andando. Falta muito a fazer no campo do carvão, não fizemos nada com o xisto, temos conseguido aumentar alguma coisa com o nosso próprio petróleo. Enfim, temos um campo árido, difícil de percorrer, mas não temos outra saída. Jogar tudo, todas as nossas perspectivas e esperanças em exportação, não resolve o problema.

As previsões para o ano que vem são de que deveremos exportar 27 bilhões de dólares e importar 25 bilhões. Na sua opinião qual o limite para esse valor de exportação, nas circunstâncias presentes no Brasil hoje?

É muito difícil estimar um limite para as exportações. Quem quiser errar estimaria um limite alto, uns 35 ou 40 por cento. Acho que temos chance de continuarmos crescendo ao redor de 20, 25 por cento, talvez até chegar perto de 30 por cento. Mais que isso é muito difícil. Para conseguirmos uma performance excepcional teremos de superar problemas com os commodities, temos de ter condições climáticas para que tenhamos uma super-safra, conjugadas com as condições dos EUA para que eles não tenham uma safra tão boa, senão eles derrubam o mercado. . . É uma série de coisas difíceis de prever com exatidão, ou pelo menos sem uma margem de erro muito grande.

Então, retirando a parte dos números, você olha o futuro do comércio exterior com otimismo ou com ceticismo?

Eu tenho que olhar com otimismo, pois é um dos itens componentes da nossa saída. Não é fundamental, mas é um dos. Então não temos escolha, temos que olhar com otimismo.

Mudando de assunto, a rede Pão de Açúcar já comercializa vários produtos sem marca, os chamados produtos genéricos. Qual é a sua experiência com esses produtos em termos de aceitação por parte do público?

A aceitação é total. O público compra a primeira vez por impulso, já que a atração inicial é o preço. Mas depois ele repete a compra, já baseado no conhecimento da qualidade do produto.

Como é que esses produtos se comportam na equação de preço e qualidade em relação aos produtos correspondentes que são vendidos com marca registrada?

Não há uma regra geral identificável, mesmo porque varia de produto para produto. Existem produtos genéricos que são gêneros de primeira necessidade e onde a margem é muito pequena. Mas não é por aí o caminho dos produtos genéricos. O caminho são os produtos que têm margem mais alta, e aí tende a se distanciar mais ou menos na medida dos custos de distribuição, incluindo o custos de

propaganda e tudo o mais. O genérico não tendo nada disso, teria um custo mais baixo.

Mas o genérico obviamente precisa entrar no campo em que o mercado já tenha sido fundado pelo produto de marca.

Não há dúvida nenhuma, o genérico não abre mercado. Ele tem de entrar de carona.

Vamos tomar um produto qualquer desses de grande margem de marca. Você diria que a qualidade desses produtos genéricos em relação a esses produtos está igual, abaixo, pouco abaixo. . . ?

Ela é igual, até porque em muitos casos ele é fabricado pelo mesmo fabricante.

Qual o futuro você vê nos produtos genéricos, em termos, digamos, de percentual de vendas na rede Pão de Açúcar?

Acho que eles vão crescer até um determinado ponto. Agora estão crescendo, há espaço para eles. Desde que eles preencham esse espaço, aí então deverão ter um crescimento bastante limitado.

E você acha que o comprador de produto genérico se distingue do comprador do produto de marca por alguma característica?

Normalmente é um consumidor que olha mais preço, até do que uma suposta qualidade, num primeiro impulso. Se ele já conhece a qualidade do produto e gos-

ta, muito bem, ele está garantido.

Você acha que a tendência à repetição é bastante alta?

Se ele comprou e gostou é. A não ser que ele se influencie pelo efeito da propaganda de determinado produto.

Você tem feito alguma pesquisa a esse respeito?

Temos feito material sobre isso. Mas esse não é exatamente meu departamento.

Vocês são obviamente grandes usuários de publicidade. No entanto vocês têm uma house agency. O que o Pão de Açúcar encontra numa house que uma agência independente não poderia dar?

O varejo é muito dinâmico e muito rápido nas coisas que necessita. Ele exige muitas vezes quase que somente rapidez; às vezes em detrimento até de qualidade. O que ele precisa é na sexta-feira um novo anúncio de página inteira de um jornal para ser veiculado no domingo. Essa rapidez se sobrepõe muito à qualidade, não importa se o anúncio vai sair bonito, mas ele precisa sair. Normalmente os anúncios são muito mais promocionais que institucionais. A qualidade do anúncio não é tão importante.

Então no caso a velocidade é mais importante que a qualidade. A informação da disponibilidade do produto e preço é mais importante que a arte, o engenho?

No nosso caso sim. Embora façamos propaganda que apesar de promocional tem muitas características de institucional. Os filmes que colocamos na tv são tratados com um mínimo de bom gosto, criatividade, para que se torne um filme agradável e que não venha chocar. Nós temos essa característica, mas olhamos como propaganda promocional. E eu teria muita dificuldade se nós trabalhássemos com uma agência de propaganda que não fosse interna, que não fosse quase um departamento do grupo.

Falamos a pouco sobre atitudes políticas assumidas por alguns líderes empresariais — políticas mas não necessariamente partidárias, como é o seu próprio caso. Você acha que o pessoal de publicidade, marketing, está acompanhando esse movimento ou está ficando para trás?

Eu acho que acompanha. Pelo que eu conheço dos profissionais de propaganda, tenho uma excelente impressão desse pessoal, os respeito muito como profissionais e como pessoas inseridas dentro do programa do país.

A última pergunta é simples, embora a resposta provavelmente não o seja. Se de repente você se encontrasse com o poder de tomar todas as decisões. O que você conservaria, o que mudaria na política econômica e na social que temos hoje no Brasil?

A pergunta pode ser simples, mas a resposta exige um tratado. Na parte econômica, nesse momento, eu continuaria com a atual política econômica, fazendo alguns ajustes nela. O primeiro é uma questão de grau: a política econômica que foi formulada ano passado pressupunha uma diminuição da atividade econômica mas não uma recessão. E essa política econômica nos levou a uma fortíssima recessão. Então o primeiro ajuste seria não só para que ela deixasse de ser recessiva, mas que passasse a possibilitar uma certa taxa de crescimento, alguma coisa ao redor de cinco ou sete por cento — que nem sei se serão suficientes nesse momento. Quando se fala em cinco por cento estou levando em conta que a agricultura ano que vem será negativa. Nós tivemos um ano agrícola muito bom, com uma base muito alta, e crescer mais ainda é difícil. Nós deveremos ter uma safra de café ano que vem muito menor e talvez venhamos a ter um item agricultura crescimento negativo. Com isso vai sobrar um espaço para um crescimento industrial de provavelmente sete ou oito por cento. E é nessa faixa de crescimento industrial aí que nós vamos procurar reabsorver a mão-de-obra que nós colocamos na rua. A minha grande preocupação é fundamentalmente com o desemprego. Eu me preocupo com os custos que pagamos ao equacionarmos nossas contas externas. Nós sempre tivemos desemprego, mas nunca de mão-de-obra qualificada, gente que já tinha atingido o mercado de trabalho.

Nós estamos tendo sem dúvida nenhuma uma descapitalização por parte das empresas. Então temos que formular alguns ajustes nessa política econômica, apostá-la para que possibilite um

retomada do crescimento e este venha minimizar os problemas para as empresas e a readmitir a mão-de-obra que foi colocada no desemprego e mais mão-de-obra que vai ingressar no mercado de trabalho no próximo ano.

Outro ajuste é na taxa de juros que tem de ser mexida, não pode continuar dessa forma. O governo tem de atacar de qualquer forma o problema dos subsídios. Nós não podemos, não temos capacidade de aguentar os subsídios ao nível em que está. O governo tem um déficit que não é ostensivado no orçamento fiscal, porque ele tem sempre superavit. No momento que nós consolidamos o orçamento fiscal, o monetário, o das estatais, o da dívida pública, teremos um imenso déficit. Esse déficit é

devido a várias coisas: ao custeio da própria máquina governamental, a investimentos que o governo faz ou é obrigado a fazer, mas é devido em grande parte aos subsídios, e isso é uma distorção. Nem sempre é um dinheiro socialmente bem empregado. Está na hora do governo entrar mais fortemente nesse problema dos subsídios, independente de ser ou não ano eleitoral.

Teria alguns outros ajustes ou uma série de outras coisas que seriam complementares, mas aí eu tena que me estender muito. Para não alongar vamos nos fixar no corte dos subsídios e na taxa de juros e na adequação da política econômica para que possibilite a retomada de crescimento.

Pelo lado social já está incluído boa parte do que falei. Eu considero o desemprego desumano. O governo tem de ter uma política mais voltada senão para o pleno emprego, que é impossível de ser alcançado, mas para realmente promover uma maior possibilidade de nós termos um número menor de desempregados e de subempregados. Além disso o governo tem de ter uma preocupação de melhor distribuição de renda. Isso é uma das coisas que me agrada na atual lei salarial, apesar de suas imperfeições. Deviam ser encontradas formas de melhor desenvolver essa distribuição. Daí se poderia falar numa série de coisas, como educação, saneamento básico, que o governo precisaria olhar para esse lado.

Abílio, muito obrigado pela sua atenção. Eu não sei se as perguntas foram boas, mas as respostas foram excelentes. Devo dizer que me deu uma grande satisfação fazer essa entrevista porque você disse realmente coisas substanciais, não ficou nas generalidades, teve coragem de expressar seu pensamento, coisa que infelizmente não é comum de acontecer como deveria ser. Eu queria agradecer em nome de Meio & Mensagem sua atenção. E quero agradecer também a M&M pela oportunidade de entrevistar uma pessoa como Abílio Diniz.

Foi uma satisfação muito grande embora eu tenha me sentido muito esquisito. Me senti o coroinha falando com o padre.

